

Linguagem Politicamente Correta: Variantes Linguísticas para Pessoa com Deficiência, Negro e Homossexual em Uma Comunidade de Fala

Reinaldo César ZANARDI*

* Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina-UEL (2019). Pesquisador colaborador UEL. Contato: rczanardi@gmail.com

Resumo:

A linguagem politicamente correta (LPC) propõe a substituição de formas consideradas pejorativas. Nesse sentido, as variantes linguísticas dessa modalidade de linguagem estão incorporadas na fala de pessoas comuns? Esta é a questão de pesquisa que norteia este trabalho. O objetivo deste estudo é verificar se as formas propostas pela LPC estão incorporadas em uma comunidade de fala em relação à pessoa com deficiência, ao negro e ao homossexual. Este trabalho fundamenta-se nos princípios teórico-metodológicos da pesquisa sociolinguística e dos estudos das crenças e das atitudes linguísticas, com pesquisa de campo. O corpus é formado por oito informantes, estratificados por: sexo, faixa etária e escolaridade. Para a pesquisa de campo, foi desenvolvido um questionário específico a partir de imagens dos três segmentos que compõem o estudo. A partir das imagens, foram catalogadas as variantes linguísticas apresentadas pelos informantes. Os três temas registraram 228 ocorrências com 26 variantes linguísticas. Entre os principais resultados estão: i) a crença influencia a atitude linguística do falante na escolha das suas variantes; ii) mesmo não dominando as variantes propostas pela LPC, os falantes evidenciam suas crenças com o uso da palavra; iii) as variantes da LPC estão incorporadas mais pelos informantes com nível superior.

Palavras-chave:

Pesquisa Sociolinguística; Crença Linguística; Linguagem Politicamente Correta.

Linguagem Politicamente Correta: Variantes Linguísticas para Pessoa com Deficiência, Negro e Homossexual em Uma Comunidade de Fala

Reinaldo César Zanardi

INTRODUÇÃO

A realidade linguística brasileira é diversificada e a riqueza da língua portuguesa no Brasil deve-se a aspectos multifatoriais, das línguas dos imigrantes e dos indígenas brasileiros passando pelo processo de alfabetização nas escolas até as contribuições dos veículos de comunicação de massa. A língua é parte do patrimônio de uma população e este pode ser entendido do ponto de vista sociocultural, revelando características desenvolvidas e moduladas ao longo dos tempos, ou seja, pela história.

Como atividade social, a língua em uso, ou seja, a linguagem, pressupõe um fenômeno natural ao ser humano, que lhe permite apreender os conteúdos, dando-lhes um significado, que depende de uma série de fatores como o contexto e o processo histórico-ideológico dos envolvidos na situação. É na comunicação entre os indivíduos que ocorre um fenômeno importante para o estudo da língua e da linguagem: a interação, compreendida como o fator que une pessoas e grupos em um processo contínuo de interpretação em que os significados são construídos ou reconstruídos.

Enquanto sistema de valores, a língua anuncia a arbitrariedade do signo linguístico, ou seja, a convenção reconhecida pelos falantes da mesma modalidade de fala. No entanto, a arbitrariedade do signo, que ocorre em uma língua, pode ser acordada pelos próprios falantes a partir do estabelecimento de critérios prévios que envolvem diferentes segmentos no uso de variantes linguísticas. Esse é o cenário da linguagem politicamente correta (LPC), cuja convenção é forjada em determinado contexto sociocultural seja para amenizar itens lexicais com sentidos negativos e considerados pejorativos, seja para buscar reduzir o preconceito ou a discriminação a grupos considerados vulneráveis socialmente, que acabam estigmatizados por formas linguísticas em uso.

Muitos pesquisadores debatem sobre essa perspectiva da linguagem e sua eficácia no combate à discriminação, visto que a palavra – como materialidade da ideologia – pode estigmatizar grupos e segmentos levando à manutenção do preconceito, podendo gerar a discriminação.

ATITUDE E CRENÇAS LINGUÍSTICAS

A linguagem, enquanto exercício da língua, possibilita inúmeros estudos para compreender os mecanismos que levam à evolução linguística. Aqui evolução não tem caráter valorativo – positivo ou negativo – e apresenta-se como um processo de transformação que pode caracterizar alterações ou mudanças.

O uso da LPC caracteriza-se, portanto, por uma atitude linguística que considera – em um grupo ou indivíduo adepto da prática – aspectos psicológicos, sociais, históricos e culturais que levam a determinado comportamento ou postura diante da língua.

O conceito de atitude linguística vem da Psicologia Social, área que começou a se interessar pelo tema a partir dos anos 1960 com a perspectiva sociocultural da linguagem. Foi a partir dos estudos de Wallace Lambert, em *A Social Psychology of Bilingualism*, que o tema passou a ser considerado, transformando-

se inclusive em técnica de coleta de dados para mensurar as atitudes linguísticas. No trabalho, Lambert apresenta os resultados de uma pesquisa, comandada por ele, com um grupo de estudiosos com a técnica que ficou conhecida como *matched guise*, ou “falsos pares”.

Antes de definir o conceito de atitude linguística, é preciso conceituar o que vem a ser a atitude propriamente dita. Recorre-se, para tanto, a Lambert e Lambert (1966, p. 77-78) que afirmam:

[...] uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir. Dizemos que uma atitude está formada quando esses componentes se encontram de tal modo inter-relacionados que os sentimentos e tendências reativas específicas ficam corretamente associados com uma maneira particular de pensar em certas pessoas ou acontecimentos.

Rodrigues (1975, p. 397) sintetiza os elementos que caracterizam a atitude social. “(a) organização duradoura de crenças e cognições em geral; (b) uma carga afetiva pró ou contra; (c) uma pré-disposição à ação; (d) uma direção a um objeto social.”

A definição, proposta pelo autor, refere-se ao comportamento do indivíduo em sociedade a partir de vários elementos que o constitui, ou seja, ele mobiliza diversos aspectos para reagir de determinada forma e não de outra. Neste contexto, está presente o aspecto linguístico, característica inerente ao ser humano. Afinal, a língua é adquirida e falar de uma maneira e não de outra revela as atitudes do falante, a partir de suas crenças.

Nesse contexto, este trabalho adota como princípio conceitual – para atitude linguística – a definição proposta por Moreno Fernández (2009). O autor afirma que a atitude linguística é a manifestação da atitude social dos indivíduos,

[...] distinta por se concentrar e se referir especificamente tanto à língua como o uso que se faz dela em sociedade, e ao falar da ‘língua’, incluímos qualquer tipo de variedade linguística: atitudes diante de diferentes estilos; socioletos e dialetos diferentes ou línguas naturais diferentes¹ (MORENO FERNÁNDEZ, 2009, p. 177-178, tradução nossa).

O autor afirma também que a atitude diante da língua e da linguagem é especialmente atrativa quando:

[...] se aprecia em sua justa magnitude o feito de que as línguas não são somente portadoras de umas formas e uns determinados atributos linguísticos, mas que também são capazes de transmitir significados e conotações sociais e também de valores sentimentais² (MORENO FERNÁNDEZ, 2009, p. 178, tradução nossa).

A atitude, mesmo sendo uma manifestação social por conta da inserção do falante em determinado contexto, revela-se como um ato individual que envolve aspectos pessoais, ou seja, são valores individuais – a partir do contexto social – que provocam uma atitude linguística.

¹ Tradução livre de: “[...] distinguida por centrarse y referirse especificamente tanto a la lengua como al uso que de ella se hace en sociedad, y al hablar de “lengua” incluímos cualquier tipo de variedad lingüística: actitudes hacia estilos diferentes, sociolectos diferentes, dialectos diferentes o lenguas naturales diferentes.”

² Tradução livre de: “[...] se aprecia en su justa magnitud el hecho de que las lenguas no solo son portadoras de unas formas e unos atributos lingüísticos determinados, sino que también son capaces de transmitir significados e connotaciones sociales, además de valores sentimentales.”

A linguagem politicamente correta é adotada, principalmente, por profissionais de áreas que atuam diretamente com comunidades e públicos vulneráveis, muitas vezes, estigmatizados; e militantes de políticas públicas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a atitude do falante, sem militância política, diante do léxico politicamente correto, verificando se as formas defendidas nesta modalidade estão incorporadas pela comunidade de fala. A propósito, neste trabalho, assume-se a definição de comunidade de fala, adotada por Moreno Fernández (2009). “Uma comunidade de fala é formada por um conjunto de falantes que compartilham pelo menos uma variedade de língua, umas regras de uso, uma interpretação desse uso, umas atitudes e a mesma valoração de formas linguísticas” (MORENO FERNANDEZ, 2009, p. 23, tradução nossa).³

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A questão de pesquisa que este trabalho coloca é: variantes linguísticas da LPC estão incorporadas na fala de pessoas comuns? Este estudo fundamenta-se nos princípios teórico-metodológicos da pesquisa sociolinguística e dos estudos das crenças e atitudes linguísticas, com a realização de levantamento de campo. As entrevistas foram realizadas com oito informantes, estratificados segundo três variáveis sociais: sexo (masculino e feminino), faixa etária (jovens: 18-35 anos e idosos: 50-65 anos) e escolaridade (ensino fundamental e ensino superior).

Constituem o universo dos informantes funcionários de uma universidade de Londrina, atuantes em diversos setores da instituição: administrativos, atendimento, biblioteca, informática, portaria e serviços gerais, não tendo sido considerados professores nem coordenadores de curso. Na seleção dos informantes, também foram desconsiderados militantes de movimentos sociais e de partidos políticos, visto que pessoas nesse contexto costumam preocupar-se, conscientemente, com o uso de palavras e expressões, cujos sentidos denotam preconceito. Essa exclusão justifica-se para evitar o enviesamento dos resultados da pesquisa.

Entre os informantes com ensino fundamental, um tem ensino médio. Trata-se do informante 5, homem na faixa etária de 50-65 anos. Não havia nesta faixa etária, na instituição, durante a realização das entrevistas⁴, funcionário informante com apenas ensino fundamental.

Para a entrevista, foi desenvolvida uma técnica de coleta de dados específica. Como o entrevistador não pode antecipar o objetivo da entrevista, foi comunicado que seriam apresentados três conjuntos de fotografias, com seis imagens cada, em um total de 18 peças. As imagens tratam de três temas distintos: deficiência, raça/cor e homossexualidade.

Com um notebook, o entrevistador mostrou as imagens e pediu que o informante descrevesse o conteúdo a partir do seu próprio conhecimento. O léxico apresentado pelos informantes, portanto, foi espontâneo sem contato prévio com itens lexicais ou variantes da linguagem politicamente correta.

De todas as fotografias, 17 são de conteúdo jornalístico, ou seja, acompanham reportagens on-line e representam socialmente fatos e acontecimentos reais, a partir das personagens abordadas jornalisticamente nos textos publicados. Apenas uma fotografia é de cunho publicitário e, mesmo assim, integrava uma matéria jornalística sobre anúncios publicitários que causaram polêmica.

O primeiro conjunto de imagens refere-se à Deficiência (Figura 1). As seis fotografias englobam a deficiência em diferentes situações. O informante foi convidado a descrever o conteúdo imagético.

³ Tradução livre de: “Una comunidad de habla está formada por un conjunto de hablantes que comparten al menos una variedad lingüística, unas reglas de uso, una interpretación de ese uso, unas actitudes y una misma valoración de formas lingüísticas.”

⁴ As entrevistas foram realizadas no ano de 2015, para a disciplina “Pesquisa Sociolinguística”, como parte dos créditos do autor como estudante do programa de pós-graduação – nível doutorado.

Figura 1 - Imagens do tema Deficiência⁵



Fonte: O autor.

Para descrever e analisar as respostas e para efeito de organização metodológica, as ocorrências foram agrupadas por equivalência, ou seja, itens lexicais que se aproximam e podem ser considerados sinônimos por flexão de número e gênero.

O tema 1 (Deficiência), no levantamento de dados, apresentou as seguintes variantes: 1) *deficiente* (*deficiente físico e deficiente visual*); 2) *paraplégico*; 3) *pessoa com deficiência* (*pessoa com deficiência visual, pessoa cega, pessoa especial*); 4) *portador de deficiência* (*portador de deficiência física, portador de deficiência visual, portador de necessidade especial, portador de necessidade visual e portador de necessidade física*); 5) *cadeirante*; 6) *perdeu a visão* (*perdeu a visão, perdeu as vistas*); 7) *cego*; 8) *dependente*.

A segunda série de imagens refere-se à Raça/Cor (Figura 2). As imagens mostram pessoas negras em várias situações do cotidiano.

Figura 2 - Imagens do tema Raça/Cor⁶



Fonte: O autor.

Pelo agrupamento por equivalência, o tema 2 (Raça/Cor), a partir das entrevistas de campo, ficou organizado da seguinte forma: 1) *negro* (*negro, negros, negra, negras*); 2) *moreno* (*moreno, morena, moreno mais*

⁵ Fonte das imagens (em sentido horário): Imagem1: Globo Esporte/G1. (20/04/2014). Imagem2: Acesa.com (15/12/2010). Imagem 3: Fonte: Portal de Notícias UOL (17/05/2011). Imagem 4: Fonte: G1. (10/07/2008). Imagem 5: Fonte: G1 (09/04/2013) Imagem 6: Fonte: Jornal Gazeta do Povo (04/08/2013).

⁶ Fonte das imagens (em sentido horário): Imagem1: Revista Isto É (21/09/2012). Imagem2: Campanha Benetton/Portal UOL (19/09/2012). Imagem3: Instituto de Pesquisas Psíquicas Imagick. Imagem 4: Agência Brasil EBC (30/10/2013). Imagem 5: Notícias Ceará (14/10/2014). Imagem 6: Jornal GGN (22/02/2013).

claro, moreno mais escuro, moreno bem mais escuro); 3) preto (preto, pretos, preta, pretas); 4) de cor (de cor, pessoa de cor); 5) etnia negra; 6) escuro; 7) afro-brasileiro; 8) mulato; 9) marrom escuro.

O último conjunto de fotografias refere-se ao tema Homossexualidade, cujas imagens também refletem diferentes contextos (Figura 3).

Figura 3 - Imagens do tema Homossexualidade⁷



Fonte: O autor.

Seguindo a metodologia do agrupamento por equivalência, o tema 3 (Homossexualidade), conforme os informantes da pesquisa, apresentou as seguintes formas linguísticas: 1) gay (gay, gays); 2) homossexual (homo, homossexual, homossexuais); 3) casal de homem/mulher (casal de mulheres, grupo de mulher, dois homens, grupo de homens, grupo feminino, grupo masculino, os dois, homem com homem, mulher com mulher); 4) dois rapazes/duas mulheres (dois rapazes, dois rapagões, duas mulheres); 5) lésbica; 6) sapatão (sapatão, sapatona, sapatonas, mulheres sapatonas); 7) dois pais; 8) pessoas do mesmo sexo; 9) bis.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao todo, os três temas registraram 228 ocorrências com 26 variantes linguísticas. O tema 1 (Deficiência) apresentou 67 ocorrências em oito formas. O tema 2 (Raça/Cor) teve 62 ocorrências para nove itens lexicais. Para o tema 3 (Homossexualidade), foram registradas 99 ocorrências em nove variantes.

Tema Deficiência

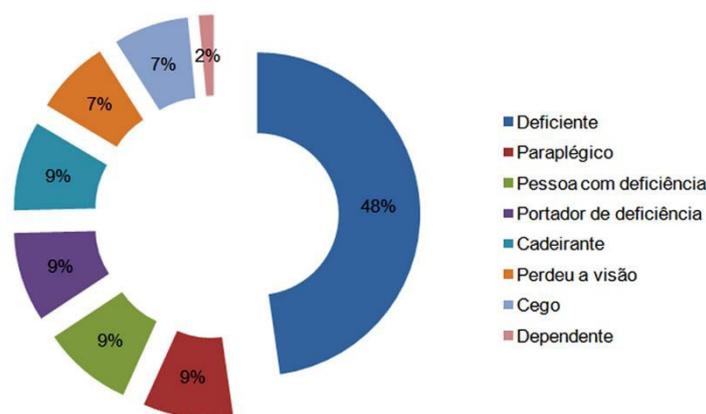
No tema Deficiência, do total de 67 ocorrências, a mais usada pelos falantes é *deficiente* com 32 registros, o que equivale a 48%, ou seja, quase a metade (Gráfico 1).

Em segundo lugar, estão quatro variantes, com seis ocorrências cada uma (9%): *paraplégico*, *pessoa com deficiência*, *portador de deficiência* e *cadeirante*. Em terceiro, está *perden a visão* e *cego*, com cinco ocorrências cada (7%). Por fim, aparece *dependente*, com uma ocorrência (2%).

A forma *deficiente*, que abarca outros léxicos equivalentes, foi utilizada por quase todos os informantes. Apenas a informante 6 (mulher, faixa etária 50-65 anos e ensino fundamental) não usou esta denominação. Ela utilizou as variantes *cadeirante*, *perdeu a visão/perdeu as vistas* e *dependente*.

⁷ Fonte das imagens (em sentido horário): Imagem1: G1 (12/06/2009). Imagem2: Portal UOL(09/12/2013). Imagem3: G1 (25/05/2014). Imagem4: Abril.com (19/04/2010). Imagem5: Portal BOL. Imagem6: Jornal Folha de São Paulo On-Line (24/04/2013).

Gráfico 1 - Distribuição das variantes do tema Deficiência



Fonte: O autor.

Os dados mostram que *deficiente* está difundido e consolidado como um importante item lexical na comunidade de fala pesquisada. No entanto, este pode ser considerado estigmatizado, se levadas em conta as orientações dos organismos públicos que elaboram as políticas de atendimento ao segmento.

O “Manual de Orientação e Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência”, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, oferece dicas para o atendimento a este público.

Para começar, é importante destacar que as palavras agem sobre as pessoas e podem ou não discriminar. O que dizemos mostra o que pensamos e em que acreditamos. Assim, em primeiro lugar, é preciso dizer que a nomenclatura correta a ser utilizada é “pessoa com deficiência” (BRASIL, [2016], p. 4).

Na divisão do segmento *pessoa com deficiência*, o manual estabelece como formas corretas, *pessoa cega* ou com *deficiência visual*, *pessoa com deficiência física e motora*, *pessoa surda* ou com *deficiência auditiva*, *pessoa com deficiência intelectual*.

A partir da abordagem do manual do Governo Federal, este estudo registra apenas seis ocorrências da variante *pessoa com deficiência* (9% do total) que pode ser considerada uma forma de prestígio, neste contexto. O estudo permite afirmar que a comunidade de fala utiliza, principalmente, itens estigmatizados e, mesmo assim, os informantes demonstraram preocupação com a forma que usaria para se referir à pessoa com deficiência.

Baronas (2011) reconhece que “os exemplos evidenciam que o politicamente correto em alguma medida tem influenciado não só a conduta dos indivíduos, mas sua linguagem.” Esta percepção encontra ressonância na fala da informante 2 (mulher, faixa etária 18-35 anos, ensino fundamental), que – para pessoa com deficiência visual – não usaria a palavra cego.

Ent. __*Além de deficiente visual, você chamaria de outra forma?*

Inf2 __*Eu acho que não. Porque cego seria uma palavra muito pesada, né.*

Ent. __*Pesada. Por que você acha cego uma palavra pesada?*

Inf2 __*Porque às vezes as pessoas não pensam a palavra pra falar, fere mesmo, a coisa... dá uma bordoada, né!*

O entrevistador questionou, também, se haveria – para pessoa com deficiência física – alguma expressão que ela não usaria.

Inf2__*Aleijado. Jamais!*

Ent. __*Aleijado. Por quê?*

Inf2__ *Porque também é muito pesado. Ah! A pessoa aleijada. É muito pesado pra pessoa, ser assim.*

Historicamente, a denominação *aleijado* foi utilizada durante muito tempo a partir de uma concepção de invalidez e caiu em desuso. Atualmente, essa terminologia é pejorativa e deprecia o segmento ao qual se refere.

Nesse sentido, a predisposição da informante em recusar o uso de tal expressão coincide com as reflexões de Moreno Fernández (2009). Ele afirma que as atitudes linguísticas são atitudes psicossociais.

[...] as línguas têm um significado ou conotações sociais; é natural que sejam apreciadas e avaliadas de acordo com a posição ou características sociais de seus falantes. Por isso, não é fácil delimitar onde começa a atitude para uma variedade linguística e onde termina a atitude para o grupo social ou o falante desta variedade⁸ (MORENO FERNÁNDEZ, 2009, p. 179, tradução nossa).

O comportamento de preocupação em referência ao uso da expressão correta, que revela uma atitude linguística a partir da crença de que a palavra tem grande peso diante do outro, também foi observado em outro entrevistado. O informante 3 (homem, faixa etária 18-35 anos, ensino superior) chegou a falar em uso correto da expressão:

Entr.__*Você falou deficiente visual e deficiente físico, você usaria outra palavra pra designar essas pessoas?*

Inf3 __*Portador de deficiência visual e o correto seria isso. Eu até esqueço. Portador de deficiência visual e portador de deficiência física.*

O informante revela preocupação com o uso correto da palavra, mas mescla as formas pessoa e portador. Isso se deve ao fato de a expressão “portador de necessidade especial” também ter sido cunhada para se referir à pessoa com deficiência. No entanto, nos dias atuais, “portador de necessidade especial” é usado, principalmente, para o ambiente educacional. A partir de formulários e/ou entrevistas são levantadas as necessidades especiais do estudante no processo de ensino e aprendizagem. Assim, o estabelecimento de ensino pode providenciar os recursos necessários para promover o ensino e a aprendizagem.

No contexto da variante *portador de deficiência*, foram registrados 9% do total das ocorrências. Aqui fica ainda mais explícito o ajuntamento de expressões que podem ser tomadas por equivalência e que revelam a confusão causada pela proposta desta modalidade de linguagem: *portador de deficiência física, portador de deficiência visual, portador de necessidade especial, portador de necessidade visual e portador de necessidade física*.

A informante 8 (mulher, faixa etária 50-65 anos, ensino superior) também explicitou a atitude de utilizar as variantes corretas.

Entr. __*Algum que você não utilizaria?*

Inf. 8__*Eu acho que... não, eu não utilizaria cego, nem parapléxico, acho que é/ não se usa mais esse tipo de termo.*

Entr. __*Certo.*

Inf. 8__*Deficiente visual, portador de necessidade especial... Não sei se teria algum outro.*

⁸ Tradução livre de: “[...] las lenguas tienen un significado o unas connotaciones sociales, es natural que sean apreciadas y evaluadas de acuerdo con los status o las características sociales de sus usuarios. Por eso, no resulta fácil delimitar donde comienza la actitud hacia una variedad lingüística y donde termina la actitud hacia el grupo social o el usuario de esa variedad.”

A fala da informante revela um processo de aprendizagem no qual a atitude em relação às formas estigmatizadas, que ela nega, leva a considerar outras consideradas mais apropriadas. Isto encontra ressonância em Rodrigues (1975, p. 406) que afirma: “se as atitudes influem nos processos de percepção e de motivação parece lógico inferir-se que elas desempenharão papel relevante no processo de aprendizagem.”

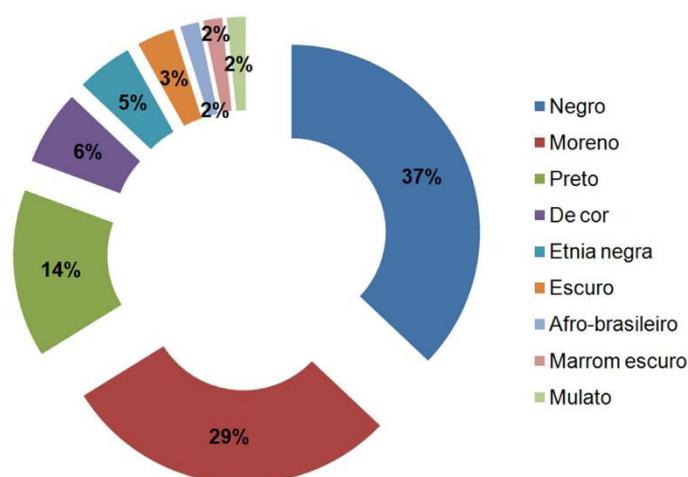
Isto significa dizer que a atitude leva o indivíduo a apreender e, com isso, aprender. “É razoável hipotetizar que um material coerente com as atitudes de uma pessoa deve ser mais facilmente aprendido que um outro que com elas entre em choque.” (RODRIGUES, 1975, p. 406-407).

É importante destacar, neste tema, as variantes *cadeirante* e *paraplégico*. Estas formas foram usadas por quatro informantes, considerando as três variáveis sociais (sexo, faixa etária e escolaridade). Isto significa afirmar que a variante é utilizada tanto por homens quanto por mulheres, jovens e idosos, com ensino fundamental e superior.

Tema Raça/Cor

O tema Raça/Cor registrou 62 ocorrências em nove variantes (Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição das variantes do tema Raça/Cor



Fonte: O autor.

A mais utilizada é a variante *negro*, com 23 ocorrências (37%). Em segundo lugar está *moreno*, com 18 ocorrências (29%), seguida de *preto*, com nove (14%); *de cor*, com quatro ocorrências (6%); *etnia negra*, com três (5%); *escuro*, com duas (3%); *afro-brasileiro*, *mulato* e *marrom escuro*, com uma ocorrência cada (2%).

A variante *negro*, e suas equivalências com flexão de gênero e número, foi utilizada por seis informantes, ou seja, por 75% do *corpus*, por informantes homens, mulheres, jovens e idosos, com ensino fundamental e superior. Este coincide com o que determina a cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos”, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, editada em 2004.

A maioria dos militantes do movimento negro prefere esse termo a ‘preto’, que utilizam com orgulho para afirmar os valores da cultura afro-brasileira. O contexto determina o sentido pejorativo das duas expressões. Em certas situações, tanto ‘negro’ como ‘preto’ podem ser altamente ofensivos. Em outras, podem denotar carinho, por exemplo, nos diminutivos ‘neguinho’, ‘minha preta’ etc (BRASIL, 2004, p. 26).

É temerário afirmar que a maioria dos informantes deste estudo tenha utilizado a variante *negro*, de forma consciente a partir do conhecimento da proposta da linguagem politicamente correta. A forma *negro*, como explicitado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, é utilizada em situações de caráter positivo, por exemplo, em campanha que evidenciam o “Orgulho Negro”, “100% negro”; e negativas, em expressões como lista negra, ovelha negra, mercado negro, entre outras.

Na realização das entrevistas, chamam a atenção os dois informantes que não utilizaram a variante negro: eles são negros. Os informantes 1 (homem, faixa etária 18-35 anos, ensino fundamental) e 6 (mulher, faixa etária 50-65 anos, ensino fundamental) preferiram a forma *moreno*, *moreno mais claro*, *moreno mais escuro*, *moreno bem mais escuro*. A variante *moreno*, a segunda mais usada, foi registrada em 18 ocorrências, ou seja, 29% do total. Esta forma não foi utilizada por nenhum outro informante do corpus.

Os informantes 1 e 6 têm apenas ensino fundamental e o acesso à escolaridade pode ser um fator de fortalecimento da autoestima que repercute na língua em uso. Além disso, não se identificar como negro pode ser uma estratégia de defesa pessoal. Afinal, “falamos sobre a inferioridade do negro a partir da observação empírica de sua condição socioeconômica” (PINSKY, 2004, p. 6).

Essa percepção pode ser reforçada pela fala da informante 6 que acredita ser a variante *moreno* mais delicada que a palavra preto. Para ela, o interlocutor pode achar ruim, ao ser chamado de preto.

Ent. __E se a gente fosse falar de cor?

Inf6 __Se a gente fosse falar de cor, falaria assim: ele é *moreno*.

Entr. __*Moreno*.

Inf6 __*Moreno. É uma palavra que... se eu for falar preto, eles acham ruim, né. A palavra moreno é uma palavra que ele... é mais ... delicada.*

A informante conhece as duas variantes (*preto* e *moreno*) e escolhe uma que acredita ser a mais adequada para se referir ao segmento em questão. Ela opta por aquela forma que considera mais “delicada”, ou seja, ela confere um valor positivo ao item lexical selecionado durante a sua fala.

A crença de que a palavra pode ofender é expressa também pela informante 2 (mulher, faixa etária 18-35 anos, ensino fundamental), o que reforça a atitude linguística a partir das próprias crenças.

Entr. __Você chamaria de alguma outra forma?

Inf2 __*Tipo... Pra não existir o preconceito: uma pessoa de cor.*

Entr. __*Ah de cor.*

Inf2 __*Seria muito menos... né, pesado.*

Entr. __*Pesado. E o que você não chamaria?*

Inf.2 __*Negro.*

Entr. __*Você não chamaria de negro?*

Inf2 __*Não. Jamais! Ou você é escurinho. Porque tem vários temas quando a pessoa tem preconceito, racista, né. Então jamais... a pessoa preta, não! Pessoa de cor, que cor bonita, você é mulato.*

A informante cita o preconceito e o racismo que podem ser invocados a partir da maneira como se refere a uma terceira pessoa. No entanto, mesmo apresentando tal preocupação, a informante acaba por utilizar expressões consideradas pejorativas, como *de cor*, *escurinho*, *negro* e *mulato*.

Em que pese ela usar formas consideradas pejorativas pela LPC, fica evidenciada a sua atitude linguística diante do tema em questão, a partir da sua crença. Ter a preocupação de usar a palavra correta, para não ofender, não é garantia de uso das variantes politicamente corretas. A informante afirmou que não usaria o item lexical *negro*, mas, durante a entrevista, utilizou esta variante em dois momentos.

Entr. __E a miséria, ela atingiria mais quem?

Inf2 __Com certeza, pessoas mais... De classe média... mais pessoa de cor que sofre, né, com isso. Se é uma pessoa assim, mais ou menos, que passa vai tentar ajudar, mas... [MUITOS] se vê uma pessoa assim, pra que? É uma pessoa negra, taí, deixa, deixa, morrer.

Ent. __E esta imagem que contrasta com aquela?

Inf2 __Que a pessoa, apesar de ser negra, ele pode vencer na vida.

Entr. __Ahan.

Inf2 __Independente de cor, ele batalhou para estar aí hoje.

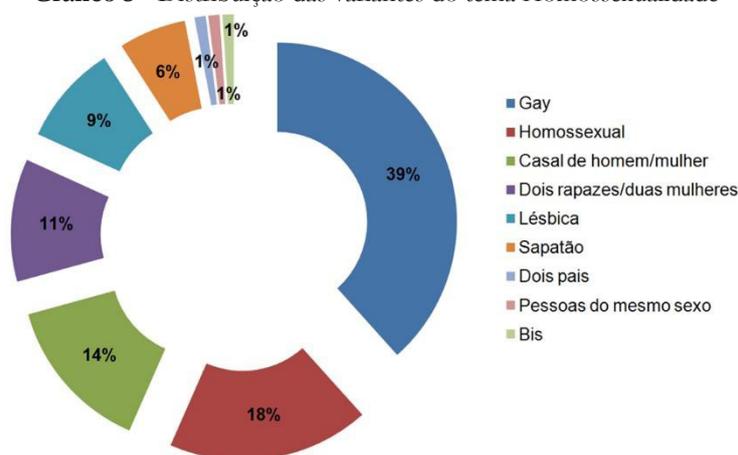
Essa situação – a de adquirir consciência sobre o uso de determinadas variantes – encontra respaldo nos estudos e nas reflexões de López Morales (1993), para quem a atitude linguística não é um processo inerente ao ser humano, mas algo a ser adquirido socialmente. Isso significa afirmar que esse é um processo ensinado e aprendido a partir da socialização do indivíduo.

Ainda no tema Raça/Cor, a variante *preto*, a terceira mais utilizada (14% das ocorrências), aparece na fala de quatro informantes apenas mulheres, tanto jovens quanto idosas, com ensino fundamental e superior. A variante, conforme o levantamento de dados na pesquisa de campo, referencia a cor da pele da pessoa e não a raça dos personagens expostos nas fotografias.

Tema Homossexualidade

As nove formas registradas no tema Homossexualidade somaram 99 ocorrências (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Distribuição das variantes do tema Homossexualidade



Fonte: O autor.

Do total, a variante *gay* aparece em primeiro lugar com 38 ocorrências (39%); seguida de *homossexual*, com 18 (18%); *casal de homem/mulher*, 14 (14%); *dois rapazes/duas mulheres*, 11 (11%); *lésbica*, 9 (9%); *sapatão*, 6 (6%); *dois pais*, *pessoas do mesmo sexo* e *bis*, com 1 ocorrência cada (1%).

A variante *gay* aparece na fala de todos os informantes da pesquisa, ou seja, é uma expressão universalizada e usada por todos os estratos sociais: homens e mulheres; jovens e idosos; com ensino fundamental e superior. Essa realidade pode ser explicada pela massificação deste item lexical nos veículos de comunicação em notícias, por exemplo, sobre parada gay, casamento gay, casais gays e adoção por gays, beijo gay em novelas e filmes.

Essa realidade evidencia, mais uma vez, que a atitude linguística é construída socialmente. Esta variante – *gay* – pode ser considerada, portanto, de prestígio, uma vez que é indicada como a expressão adequada para se referir ao segmento. Esta forma, inclusive, integra a sigla do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

A atitude linguística diante da variante *gay* fica evidenciada na fala da informante 2 (mulher, faixa etária 18-35, ensino fundamental), que deixa clara a forma que não usaria para se referir ao público.

Entr. __ *E como você definiria eles?*

Inf2 __ *Gays, né.*

Entr. __ *Gays. Tem alguma palavra que você não usaria?*

Inf2 __ *Viado. Acho que é pesado. Tem tantas maneiras... Ah! ele é homossexual; a opção dele. Porque falar ah, seu viado. Isso é tão feio... É tão pesado, essa palavra.*

Essa atitude também é revelada pela informante 4 (mulher, faixa etária 18-35 anos, ensino superior), em dois excertos da entrevista, tanto para se referir aos *gays* quanto às *lésbicas*.

Ent. __ *Tem alguma palavra que você não usaria? Alguma designação?*

Inf4 __ *Que eu não usaria?*

Ent. __ *É!*

Inf4 __ *Sapatão.*

Ent. __ *Por quê?*

Inf4 __ *Acho que é ofensivo. Não?*

Ent. __ *Porque é ofensivo. Certo...*

Inf4 __ *Acho que é meio tirando sarro, neste sentido.*

Ent. __ *Tem outro que você já ouviu e não usaria?*

Inf4 __ *Bicha, boiola.*

Ent. __ *Por quê?*

Inf4. __ *Não sei... Porque acho mais agressivo porq/ pelo menos quando as pessoas se referem neste termo estão sendo agressivas.*

A atitude linguística dos informantes é consequência de uma atitude psicológica diante do fato em si. Lambert e Lambert (1966, p. 83) afirmam que as atitudes desempenham uma função importante sobre o próprio comportamento. “[...] por exemplo, afetam nossos julgamentos e percepção sobre os outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolhemos e até as filosofias à sombra das quais vivemos”.

Ao mesmo tempo em que não foram registrados os itens *veado*, *bicha* ou *boiola*, considerados ofensivos pelos gays e militantes do movimento, foi registrada a variante *sapatão* para se referir à mulher homossexual, registrada em 6% das ocorrências. A variante foi usada por três informantes, ou seja, 37,5% do corpus: duas mulheres (uma jovem e outra idosa), com ensino fundamental; e um homem idoso, com nível superior.

Por que não foi registrada a ocorrência de formas como *veado*, *bicha* ou *boiola* no estudo realizado? É necessário aprofundar esse questionamento em outros estudos, mas uma percepção do autor está relacionada à própria estigmatização dessas variantes, conhecidas pela população, principalmente, em piadas e situações que depreciam a condição do homossexual. Os informantes desconheciam o objetivo da pesquisa, mas a entrevista apresenta um aspecto formal e isso pode ter afastado essas variantes dos falantes entrevistados.

A segunda forma mais usada (*homossexual*) também está bastante difundida. Dos oito informantes, seis (75%) utilizaram-na, ou seja, homens e mulheres, jovens e idosos, com ensino fundamental e superior.

A terceira variante (*casal de homem/mulher*) e a quarta com maior número de ocorrências (*dois rapazes/duas mulheres*) tiveram, respectivamente, 14 (14%) e 11 registros (11%). Chama a atenção o fato de esta variante estar centrada no gênero masculino e feminino e não na orientação sexual. Isto também revela a atitude linguística diante do tema. A informante 6 (mulher, faixa etária 50-65 anos, ensino fundamental) reconhece o casal como dois homens, abordando a variante pelo sexo masculino. Ela hesita ao falar da orientação sexual dos personagens da fotografia.

Entr. __ *Aqui é um casal, que a senhora chamou de grupo, lá [em outra foto]. É um casal do quê?*

Inf6 __ *Mas ali estão dois homens!*

Entr. __ *Sim. É um casal... estão casados e adotaram três crianças.*

Inf6 __ *Hummm... eu vou falar a palavra.*

Entr. __ *Pode falar. Não tem problema.*

Inf6 __ *São gays!*

Ao utilizar a palavra *gay*, a informante revela preocupação e a impressão do pesquisador é que, para ela, se trata de um xingamento. Destaque-se que esta variante é de prestígio, uma vez que é utilizada pelos militantes do segmento e considerada adequada pelos manuais da linguagem politicamente correta.

Em respeito às pessoas que sentem atração ou mantêm relações amorosas ou sexuais com pessoas do próprio sexo, utilize as seguintes identificações: *gay* – para homens e mulheres; *entendido (a)* – para homens e mulheres; *lésbica* para mulheres; *travesti e transexual* – para transgêneros; *bissexual* – para homens e mulheres (BRASIL, 2004, p. 9).

O pesquisador Fiorin (2008) afirma que o surgimento da linguagem politicamente correta confere expressão pública à identidade dos segmentos historicamente oprimidos, como mulheres, negros e homossexuais. Para ele, o movimento revela

[...] a força dessas ‘minorias’, que eram discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas. Pretende-se, com ela, combater o preconceito, proscurendo-se um vocabulário que é fortemente negativo em relação a esses grupos sociais. A idéia é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias (FIORIN, 2008, p. 1).

Fiorin (2008) afirma que a LPC provoca uma série de reflexões sobre o funcionamento da linguagem e chama a atenção para dois importantes aspectos, o uso do eufemismo e a neutralidade das palavras propostas pelos defensores da modalidade. Para ele, “o cuidado excessivo na busca de eufemismos para designar certos grupos sociais revela a existência de preconceitos arraigados na vida social” (FIORIN, 2008, p. 3). Em relação ao segundo aspecto, o autor lembra que não existem termos objetivos nem neutros. “Todas as palavras, ensina Bakhtin, são assinaladas por uma apreciação social” (FIORIN, 2008, p. 3).

Se, por um lado, os informantes conhecem as expressões preconizadas pela linguagem politicamente correta, mostrando preocupação com o tipo de palavras que vão usar, por outro deve-se considerar a possibilidade de esses informantes fazerem o uso dessas expressões para a preservação da face.

A entrevista sociolinguística é uma forma de comunicação direta na qual o falante se expõe dando sua opinião, fazendo juízos de valor sobre situações diversas. Isso significa dizer que ele tem uma

imagem a zelar e pode optar pela preservação da face, ou seja, falar de acordo com um código de etiqueta que não o comprometa.

A noção de face foi definida por Erving Goffman nos anos 1970, em estudos de representação social, em situação de interação entre as pessoas. Para o autor, um indivíduo pode querer que pensem bem dele ou que pensem que ele esteja pensando muito bem do outro, levando-o a preservar a própria imagem.

Goffman (2002, p. 19) afirma que “na vida cotidiana, por certo, há uma clara compreensão de que as primeiras impressões são importantes”. Nesse sentido, as pessoas tendem a controlar o que falam em um jogo de representação do eu.

O indivíduo pode ter influência nesta definição expressando-se de tal modo que dê aos outros a espécie de impressão que os levará a agir voluntariamente de acordo com o plano que havia formulado. Assim, quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir (GOFFMAN, 2002, p. 13-14).

Mesmo que alguns informantes tenham usado variantes da linguagem politicamente correta como homossexual, negro e pessoa com deficiência, deixando de recorrer a expressões como veado, negão e aleijado, para manter a face, ou seja, a aparência durante a entrevista, isso não muda o fato de terem usado o item lexical de prestígio, preterindo as variantes estigmatizadas.

Possenti (2009, p. 35) reflete sobre a linguagem politicamente correta na perspectiva da Análise do Discurso (AD). Este não é o suporte teórico deste trabalho, mas vale a pena recorrer ao autor que reconhece nessa modalidade de linguagem um “movimento confuso, com altos e baixos, que comporta algumas teses relevantes, outras extremamente discutíveis e ainda outras francamente risíveis.” O autor defende que, embora a discussão pareça de ordem política, o que ocorre na exterioridade da língua é bastante relevante para os estudos da linguagem.

O que quer que se diga em relação aos efeitos políticos, no entanto, estamos diante de um movimento que já produziu fatos discursivos que não podem deixar de ser analisados, independentemente da sua durabilidade histórica e da solidez das teses que os justificam (POSSENTI, 2009, p. 35).

Possenti (2009) afirma que ao analisar alguns itens lexicais, propostos pela LPC e em uso na fala de muitas pessoas, evidencia-se a relação que essas palavras têm com suas formações discursivas, assim influenciando os sentidos que adquiram nesse processo, já que o sentido varia de acordo com os locutores e onde estão situados.

[...] há outro aspecto relevante: alguns falantes se dão conta e outros não, da carga negativa ou positiva de certos termos; ou alternativamente, alguns falantes se dão conta da carga negativa de certos termos apenas quando aplicados inadequadamente. (POSSENTI, 2009, p. 38).

Para a AD, Possenti (2009, p. 38) afirma que as palavras da LPC devem direcionar esforços tomando “a ideia do discurso como uma prática social e histórica do que ver e viver disputadas de sentidos, materializadas na luta pelo emprego de certas palavras e na luta para o emprego de outras.”

CONCLUSÕES

Este trabalho, cujo objetivo era analisar a atitude do falante, sem militância política, diante do léxico politicamente correto, verificando se os itens lexicais defendidos nessa modalidade de

linguagem estão incorporados pela comunidade de fala, considera alguns aspectos para reflexão sobre o funcionamento LPC:

i) As variantes da linguagem politicamente corretas foram incorporadas mais pelos falantes com nível superior do que por aqueles que têm apenas o ensino fundamental, independentemente do sexo e da faixa etária. Pode-se afirmar que a variável social escolaridade se destaca em relação às outras variáveis (sexo e faixa etária).

ii) O falante revela uma preocupação linguística, na escolha da forma, em relação ao léxico dos temas apresentados porque acredita que a palavra pode machucar alguém ou ser negativo para o segmento descrito. A crença – de ordem psicológica –, portanto, influencia a atitude do falante na escolha das suas variantes.

iii) Mesmo apresentando preocupação linguística na escolha do léxico, o falante não domina todas as formas que constituem a linguagem politicamente correta, consideradas adequadas pelos órgãos oficiais, responsáveis pela formulação das políticas públicas para os segmentos envolvidos.

iv) Como não há domínio em relação ao léxico da linguagem politicamente correta, os falantes “misturam” as variantes para se referir aos segmentos representados neste trabalho, mas isso não invalida a atitude do falante perante os temas abordados.

Baronas (2011) lembra que a mera substituição das palavras – de expressões consideradas pejorativas por outras politicamente corretas – não eliminaria o preconceito porque muitas vezes, este é anterior à própria palavra. A substituição de formas consideradas pejorativas por outras mais suaves ou amenas pode não reduzir ou eliminar o preconceito contra segmentos estigmatizados.

No entanto, deve-se considerar que o uso de itens lexicais pejorativos também faz a manutenção do preconceito embutido ideologicamente na palavra. Portanto, variantes estigmatizadas podem fazer a manutenção do preconceito que também contribui para que os segmentos continuem discriminados e alvo de depreciação social. E, neste sentido, a LPC constitui-se em um grande desafio.

REFERÊNCIAS

BARONAS, R. L. Mitos da militância politicamente correta. *Revista Língua Portuguesa*, [s. l.], 2011. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos/64/artigo249036-1.asp>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Manual de Orientação e Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência*. Brasília: SNPDPD, [2016]. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade/manual-de-orientacao-e-apoio-para-atendimento-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 13 jul. 2016.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Politicamente Correto & Direitos Humanos*. Brasília: SEDH, 2004. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

FIORIN, J. L. A Linguagem politicamente correta. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 1-5, ago. 2008. Disponível em: <http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/532/296>. Acesso em: 21 jul. 2020.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

LAMBERT, W.; LAMBERT, W. *Psicologia Social*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LÓPEZ MORALES, H. *Sociolingüística*. 2. ed. Madri: Gredos, 1993. 310p.

MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de Sociolingüística y Sociología del Lenguaje*. 4. ed. Barcelona: Ariel, 2009.

PINSKY, J. O preconceito nosso de cada dia. In: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Politicamente Correto & Direitos Humanos*. Brasília: SEDH, 2004. p. 5-6. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RODRIGUES, A. *Psicologia Social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.